



TERRITÓRIO, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PESQUISAS PUBLICIZADAS NOS ANAIS DO SINGA (2003-2019)

João Emerson Cunha Silva ¹
Amanda Christinne Nascimento Marques ²

RESUMO

O conceito de território tem assumido, gradualmente, um papel de centralidade como elemento teórico na construção do discurso geográfico, destacadamente a partir da influência de epistemologias críticas que surgem a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, autores como Andrade (2004), Haesbaert (2019), Saquet (2020), Claval (1999), entre outros, refletiram sobre esse processo, trazendo elementos que nos auxiliam a compreender as abordagens que o conceito de território obteve ao longo da história do pensamento geográfico. O objetivo da presente pesquisa é analisar as abordagens do conceito de território que lançam olhares sobre povos indígenas e comunidades quilombolas em textos selecionados. A metodologia da pesquisa ancora-se na análise de conteúdo, a partir de Bardin (2022), de trabalhos publicados nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa), entre os anos de 2003 e 2019. No campo dos resultados da pesquisa, destacamos a presença de uma ampla diversidade de concepções e abordagens teóricas do conceito nas pesquisas analisadas do Singa, notadamente as perspectivas propostas por geógrafos como Rogério Haesbaert e Claude Raffestin, entre outros. Por fim, no âmbito da conclusão da pesquisa, identificamos que, no campo dos estudos que voltam olhares para o estudo de comunidades quilombolas e povos indígenas a partir do campo geográfico, há centralidade do conceito de território como elemento importante para o estudo das dinâmicas espaciais dessas populações.

Palavras-chave: Território, povos indígenas, quilombolas.

RESUMEN

El concepto de territorio ha adquirido gradualmente un papel central como elemento teórico en la construcción del discurso geográfico, especialmente desde la influencia de las epistemologías críticas que surgieron en la segunda mitad del siglo XX. En este sentido, autores como Andrade (2004), Haesbaert (2019), Saquet (2020) y Claval (1999), entre otros, reflexionan sobre este proceso, aportando elementos que ayudan a comprender los conceptos de territorio adquiridos a lo largo de la historia del pensamiento geográfico. El objetivo de la presente investigación es analizar las aproximaciones al concepto de territorio que utilizamos para abordar a los pueblos indígenas y las comunidades quilombolas en textos seleccionados. La metodología de investigación se basa en el análisis de contenido, según Bardin (2022), de los trabajos publicados en el Simposio Internacional de Geografía Agraria (Singa), entre 2003 y 2019. En cuanto a los resultados de la investigación, destacamos la presencia de una amplia diversidad de concepciones y enfoques teóricos en la investigación analizada en Singa, en

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, jemersonsantosc@gmail.com.;

² Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, professora do PPGG-UFPB e do PPGDH-UFPB, amandamarques.geografia@gmail.com.



particular las perspectivas propuestas por geógrafos como Rogério Haesbaert y Claude Raffestin, entre otros. Finalmente, en el ámbito de las conclusiones de la investigación, identificamos que, en el campo de estudios que buscaría en el estudio de las comunidades quilombolas y los pueblos indígenas desde el ámbito geográfico, la centralidad del concepto de territorio como elemento importante para el estudio de la dinámica espacial de estas poblaciones.

Palabras clave: Territorio, pueblos indígenas, quilombolas.

INTRODUÇÃO

Entre as subáreas da geografia, a geografia agrária é uma das áreas em que o conceito de território vem assumindo grande representatividade, principalmente, após o advento de paradigmas vinculados à geografia crítica que floresceram no Brasil a partir da década de 1970, inicialmente, como destaca Marques (2018), com autores como Manuel C. de Andrade e Orlando Valverde e, posteriormente, a partir do pensamento de Ariovaldo U. de Oliveira.

Além disso, pensadores ligados à geografia cultural também delegaram destaque ao conceito de território nos estudos sobre o campo. No espectro de pensadores da geografia cultural francesa, que tem forte influência em diversos estudiosos brasileiros, destacamos autores como Paul Claval e Joel Bonnemaïson, os quais trouxeram importantes aportes teóricos e conceituais ao pensamento geográfico, no que tange à relação entre território, cultura e identidade.

Tendo como horizonte essa discussão acerca de território, o presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que busca compreender as abordagens do conceito de território no campo dos estudos agrários brasileiros que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas. É uma pesquisa que possui importância em duas dimensões: social e teórica.

No âmbito social, a pesquisa pode trazer contribuições no sentido de compreender como os territórios de uso e ocupação tradicional têm sido pensados nos estudos agrários. Já na perspectiva teórica, o estudo traz uma sistematização das abordagens do conceito de território que vêm sendo adotadas por pesquisadores da geografia agrária para estudar povos indígenas e comunidades quilombolas.

No campo dos objetivos da pesquisa, destacamos que o objetivo geral da presente pesquisa foi analisar as abordagens do conceito de território em trabalhos da geografia agrária que lançam olhares em torno da reflexão sobre povos indígenas e comunidades quilombolas.

No âmbito metodológico, vale destacar que se trata de uma pesquisa bibliográfica, que tem como recorte as pesquisas publicadas nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa) entre os anos de 2003 e 2019. Para seleção e análise das pesquisas publicadas



nesses anais que discutem povos e comunidades tradicionais, utilizamos como procedimento metodológico a análise de conteúdo proposta por Bardin (2022), notadamente a técnica qualitativa “presença ou ausência” para delimitar o que autora chama de *corpus de análise* de pesquisa, além do uso técnica de análise temática no estudo dos textos selecionados.

Na perspectiva dos resultados da pesquisa, destacamos, inicialmente, a centralidade do conceito de território nos estudos que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas. Ademais, verificamos a presença de uma ampla diversidade de concepções e abordagens teóricas do conceito, destacadamente a perspectiva multidimensional de território proposta pelo geógrafo Rogério Haesbaert e a perspectiva relacional adotada pelo geógrafo Claude Raffestin.

Por fim, no âmbito das conclusões da pesquisa, detectamos uma multiplicidade de abordagens teóricas em torno do território, que se fundamentaram em autores de distintas correntes filosóficas. Em linhas gerais, a pesquisa constatou a importância que o conceito de território tem obtido em estudos dirigidos à investigação sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, revelando a potencialidade do conceito para construção de saberes sobre esses sujeitos e para elaboração de políticas públicas destinadas ao campo.

METODOLOGIA

Na metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que o estudo desenvolvido trata-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizamos como procedimento metodológico os aportes oferecidos pela análise de conteúdo, a partir de Bardin (2022).

Nesse contexto, para seleção dos trabalhos publicados nos anais do SINGA que seriam analisados, usamos a técnica qualitativa da análise de conteúdo denominada presença ou ausência, verificando no conjunto de textos publicados ao longo das nove edições do SINGA (2003-2019) quais discutiam questões relacionados a povos indígenas e comunidades quilombolas. A partir disto, elaboramos o que Bardin (2022) denomina de *corpus de análise* da pesquisa, ou seja, o universo de trabalhos que serviriam como base para construção da nossa pesquisa.

Após essa etapa, denominada na análise de conteúdo de pré-análise, realizamos a segunda fase que é a chamada exploração do material selecionado, na qual realizamos a identificação de quais pesquisas do nosso *corpus* de análise mencionavam o conceito de território, quais dessas pesquisas não mencionavam o conceito, quais as referências teóricas utilizadas para embasar a discussão do conceito, além de verificar outras questões, como as instituições dos autores que publicaram as pesquisas que fazem parte do *corpus* de análise.



Na terceira etapa de nossa metodologia, que corresponde à fase da análise de conteúdo denominada tratamento dos resultados obtidos e interpretação, realizamos justamente a interpretação dos resultados que foram obtidos na etapa anterior. A partir desse tratamento das informações colhidas, chegamos aos resultados centrais da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca pelas origens do conceito de território, é relevante apontarmos que seu nascimento não ocorreu nos domínios da geografia, haja vista sua presença na literatura produzida anteriormente à institucionalização da geografia científica³. É o que atesta Gottmann (2012) ao detectar que o termo território, na teoria política, já era utilizado nas línguas europeias desde o século XIV, com a função de delimitar a jurisdição ou até mesmo a influência econômica de algumas unidades governamentais como feudos, cidades livres ou reinos.

Ulteriormente, num contexto de ciências já institucionalizadas, Bonnemaïson (2012) cita que o conceito foi introduzido no campo científico em 1920 através de estudos etológicos, desenvolvidos pelo ornitólogo inglês Elliot Howard, sobre a vida social dos toutinegras. Esses estudos gestaram conceitos revolucionários para a época, como a questão da posse do território, que possibilitava determinação da hierarquia social e acesso às fêmeas.

Na geografia, o conceito de território, desde a fase clássica, foi discutido pontualmente por autores como Élisée Reclus e Friedrich Ratzel (1990), é o que atesta Andrade (2004). Entretanto, apesar dessa presença já na primeira fase do pensamento geográfico, conforme atesta a literatura apontada, Saquet (2020) e Claval (1999) compreendem que o conceito de território nem sempre teve centralidade no pensamento geográfico, sendo redescoberto segundo aquele no movimento de renovação da geografia que ocorreu nos anos de 1950/1960/1970, décadas marcadas por grandes contestações às abordagens positivista e neopositivista.

A geografia agrária não esteve alheia a esta conjuntura, nela o conceito de território ganhou maior centralidade a partir da inserção das correntes críticas introduzidas no Brasil. Essa introdução, conforme Marques (2018), teve como marcos a publicação do livro de Milton Santos *Por uma Geografia Nova*, que estabeleceu diálogos entre o marxismo e a geografia e

³ Lastreamos epistemologicamente nossa concepção de geografia científica através do pensamento de Claval (2014b), o qual compreende o seu surgimento a partir de uma série de transformações que ocorreram no século XIX.



o 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-1978), em que a prática acadêmica e institucional da geografia que vinha sendo praticada foi duramente criticada.

Adicionalmente, a abordagem cultural, recentemente, tem trazido contribuições para os estudos agrários a partir de fundamentações epistemológica e metodológica⁴ plurais, as quais têm trazido avanços no horizonte de pesquisa da geografia agrária, por exemplo, em estudos que voltam seus interesses para a dinâmica dos povos e comunidades tradicionais. Este movimento de ampliação de pesquisas que partem da abordagem cultural está relacionado ao que Claval (2014a) denomina de “virada cultural” da disciplina, que se insere num contexto de contestação da modernidade a partir da perspectiva do pós-modernismo⁵ e do pós-colonialismo.

No campo dos estudos agrários, o conceito de território, apesar de aparecer em trabalhos na geografia agrária clássica, não teve centralidade nessa corrente de pensamento, uma vez que conceitos como paisagem e região predominavam. Ademais, como afirma Côrrea (2000), na geografia teórico-quantitativa conceitos como lugar e território não tiveram importância, essa situação aplica-se também aos estudos agrários produzidos sob o lastro da corrente teórico-quantitativa, na qual outros conceitos possuíam destaque.

Dito isso, o reposicionamento do conceito de território na geografia agrária ocorre com o surgimento da geografia crítica. Acerca desse processo, Andrade (2004) relata que, com a retomada do conceito nos estudos da geografia política e geopolítica, o conceito de território se disseminou e passou a concorrer com conceitos mais tradicionais até então nos estudos geográficos, como espaço e região.

Nesse contexto de renovação do pensamento agrário e de fortalecimento do conceito de território, Fernandes apud Bombardi (2008) destaca a tese de doutorado de Ariovaldo U. de Oliveira como um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos da geografia agrária, sendo responsável por introduzir conceitos do materialismo histórico como base para a crítica às ideologias dos trabalhos de geografia agrária desenvolvidos até então.

⁴ Sobre a questão do pluralismo metodológico, alguns pensadores têm se dedicado a refletir sobre essa concepção de método. No quadro filosófico, mencionamos Feyerabend (2011) que tece críticas ao congelamento científico proporcionado pelo racionalismo e realiza uma defesa da metodologia pluralista em contraposição a um método fixo. Na Geografia lastreada a partir do paradigma cultural, Almeida (2008) destaca que essa corrente não parte da ideia de uma via metodológica única, mas são reconhecidas a importância e a riqueza de outras abordagens possíveis na geografia.

⁵ O conceito de pós-modernidade é objeto de ampla discussão e, nesse sentido, destacamos que tomamos como referência as reflexões efetuadas por Claval (2015), que destaca que esse movimento tem como um de seus pontos a crítica ao pensamento ocidental, a partir de múltiplos pensadores, como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Derrida, Michel Foucault, entre outros.



Sobre território, Oliveira (2003) o compreende como produto da luta de classes sociais travada na sociedade no processo de produção de sua existência. Para o autor, dentro do modo de produção capitalista, temos três classes: proprietários de terra, burguesia e proletariado. Assim, a abordagem proposta por Oliveira (2003) dialoga com pensadores como Raffestin (1993), os quais contestam a equiparação que alguns geógrafos atribuem entre espaço e território. Para o autor, o território é posterior ao espaço, fruto da transformação impressa pelo homem no espaço, ou seja, por meio do trabalho, assim, constitui uma construção humana.

Entretanto, dentro do campo da história do pensamento geográfico, como já apontamos, outra corrente de pensamento que também tem dado contribuições importantes em torno da abordagem do conceito de território e vem tendo destaque nos últimos anos na influência em trabalhos ligados à geografia agrária brasileira é a geografia cultural.

Consoante Claval (2011), a geografia cultural não é exatamente uma novidade no pensamento geográfico, mas fez e faz parte de sua trajetória, essa perspectiva é partilhada por outros teóricos, a exemplo de Cosgrove (1998), pensador que também aponta a geografia cultural não especificamente como algo novo no pensamento geográfico, tendo em vista que autores da geografia clássica, como Vidal de La Blache e Carl Sauer são considerados figuras-chave no início da geografia cultural europeia e americana, respectivamente.

Isso posto, na perspectiva das contribuições da abordagem cultural, destacamos que atualmente ela é um dos mais atraentes e estimulantes conhecimentos propiciados pela ciência geográfica, abarcando um amplo leque de variadas questões como representações da natureza, construção social, cotidiano, identidades, cultura “material”, costumes sociais e significados. (Almeida, 2008)

Assim, dentro do contexto específico da geografia agrária brasileira, a abordagem cultural tem dado significativas contribuições, inclusive no campo dos estudos relacionados às pesquisas dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, a fim de introduzir a discussão trazida por essa abordagem em torno do conceito de território, trazemos a proposta de Almeida (2005) que, em obra dedicada à análise da relação entre territórios, fronteiras e territorialidades, destaca importantes atributos do território, que vão além dos aspectos econômicos, sociais e políticos, ou seja, que traz centralidade à dimensão cultural dos territórios.

Portanto, partindo da análise proposta de Almeida (2005), destacamos que o território possui algumas atribuições, respondendo num primeiro momento a necessidades básicas dos níveis econômico, político e social, em que se assenta as relações sociais. Sem embargo, a



pensadora chama atenção para o fato de que o território e suas atribuições vão além dessas dimensões, perpassando pela perspectiva simbólica e cultural, na qual os sujeitos projetam suas visões de mundo e que o território se pluraliza de acordo com escalas e níveis que são historicamente construídos e sedimentados, abarcando distintas escalas.

Assim, a pesquisadora trilha um caminho de entendimento do território a partir de uma apropriação simbólico-cultural expressiva do espaço, que é portador de significados e relações simbólicas. Essa abordagem do conceito lembra bastante a concepção que Haesbaert (2019) identificou como Cultural ou simbólico-cultural, a qual prioriza a dimensão simbólica e subjetiva, sendo o território compreendido nessa perspectiva como resultado da apropriação ou valorização simbólica de um determinado grupo em relação ao seu espaço vivido.

Essas propostas em torno do conceito de território têm repercutido no campo da geografia agrária, inclusive, em pesquisas publicizadas que se debruçam sobre a análise dos conflitos, lutas e dinâmicas em que estão inseridos os povos e comunidades tradicionais. Esse quadro se expressa igualmente nos anais dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária que, desde suas primeiras edições, possuem grupos de trabalho específicos destinados a discutir questões referentes a esses povos e comunidades tradicionais, em que o conceito de território, muitas vezes, aparece com centralidade para embasar teoricamente as pesquisas publicadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos textos do Singa, identificamos que os anais das nove edições do evento estudadas publicaram 4.971 trabalhos (incluindo trabalhos completos e resumos expandidos), nos quais detectamos, por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2022), que, desse total, 421 trabalhos publicados discutiram questões relacionadas aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e, nesse conjunto, mais de 400 citaram o conceito de território.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é discutir o modo como o conceito de território é utilizado no estudo desses povos e comunidades tradicionais, é importante destacarmos, de modo mais amplo, como o conceito de território aparece nos próprios núcleos temáticos dos grupos de trabalhos construídos ao longo das nove edições do simpósio. O quadro abaixo apresenta os grupos de trabalhos nos quais o território aparece como conceito central nas discussões propostas.

Quadro 1 – O conceito de território ao longo de eixos temáticos construídos ao longo das edições do SINGA (2003-2019)



Eixo temático/ Grupo de trabalho	Ano
Reforma Agrária e Impactos Territoriais	2003
Desenvolvimento territorial	2005
Agricultura camponesa e agronegócio, tensões e disputas territoriais	2009
Políticas de de (des)envolvimento territorial rural	2009
Questão agrária e transformações territoriais	2009
Territorialidades no espaço amazônico	2009
Transformações territoriais no cerrado brasileiro	2009
Dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário brasileiro	2011
Dinâmicas territoriais e conflitos agrários na América Latina	2011
Técnica, política e reordenamento territorial no campo	2011
Reestruturação produtiva e modernização do território	2015
Território, turismo e conflitos	2015
Comunidades tradicionais na luta por territórios	2017
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	2017
Mineração, Agroenergia e Conflitos Territoriais	2017
Comunidades tradicionais na luta por territórios – 2019	2019
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas – 2019	2019

Fonte: anais do SINGA. Org. Silva, J. E. C.

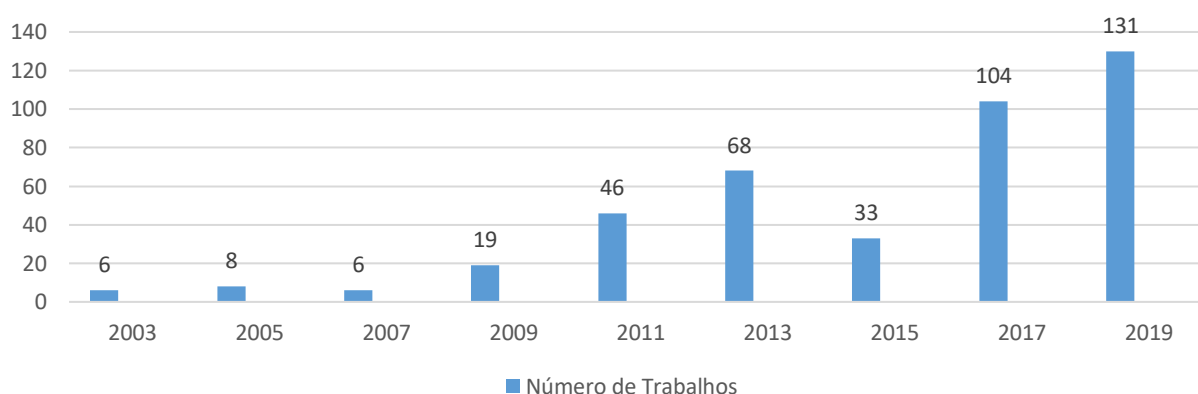
O quadro acima evidencia que, desde as primeiras edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária, existe uma preocupação crescente em relação à discussão de temas da geografia agrária pensados a partir do conceito de território e, nesse sentido, temas como mineração, modernização da agricultura, turismo, conflitos agrários, desenvolvimento rural, reestruturação produtiva, entre outros, têm estabelecido diálogos importantes a partir de diversas dimensões, entre as quais, a territorial assumiu e assume papel notável.

Ademais, um ponto importante é a dimensão territorial enfatizada nos eixos temáticos voltados para análise dos povos e comunidades tradicionais (Singas 2017 e 2019), que reforçam a importância analítica do conceito de território como um instrumento que além de explicar a realidade, também contribui para transformá-la como nos lembram Deleuze e Guattari (2010) , uma vez que a defesa e luta pelos territórios de uso tradicional tem relação direta com a manutenção das identidades e dos *modus vivendi* desses grupos.



Em outra perspectiva, buscamos detectar como a temática sobre povos indígenas e comunidades quilombolas aparece no recorte bibliográfico analisado levando em consideração as pesquisas que especificamente se dedicam a dialogar com esses temas de investigação. Assim, produzimos o gráfico abaixo, construído a partir da técnica qualitativa da análise de conteúdo denominada presença ou ausência, que ilustra os resultados desse questionamento.

Gráfico 1 - Quantidade de textos publicados nos anais do Singa dedicados à análise sobre povos indígenas e comunidades quilombolas

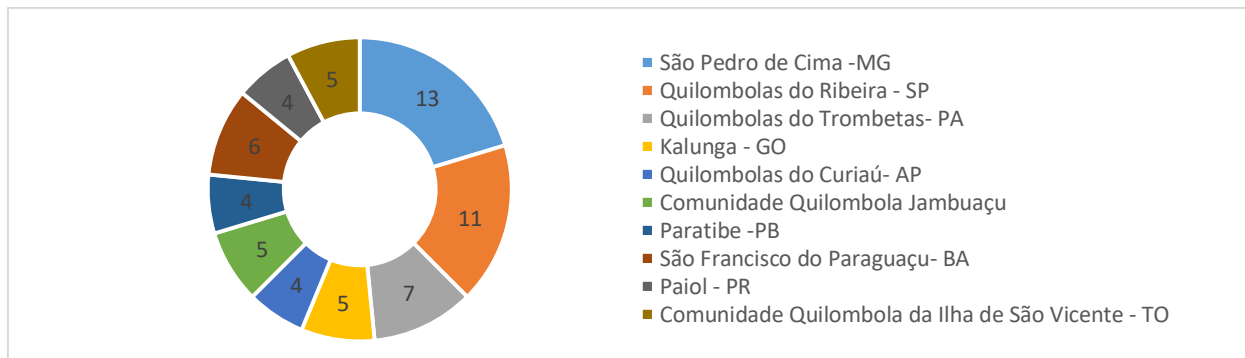


Elaboração: Silva, J. E. C. Fonte: Anais do Singa

Nesse contexto, verificamos um gradativo crescimento do número de pesquisas dedicadas aos estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas ao longo das edições do evento (2003-2019). Não obstante, é importante salientarmos que esse número é maior caso considerarmos a ampliação do recorte para os demais povos e comunidades tradicionais, fato que atesta a relevância que esses sujeitos sociais têm galgado nos estudos da geografia agrária.

Ao longo de nosso percurso de construção da pesquisa, também logramos identificar, dentro desse conjunto de textos selecionados, quais as comunidades que foram estudadas e/ou pesquisadas. Desse modo, produzimos o gráfico abaixo que evidencia alguns dos resultados alcançados na perspectiva dos trabalhos sobre a temática quilombola.

Gráfico 2 - Principais comunidades quilombolas investigadas em pesquisas publicadas nos anais das nove edições do Singa (2003-2019)

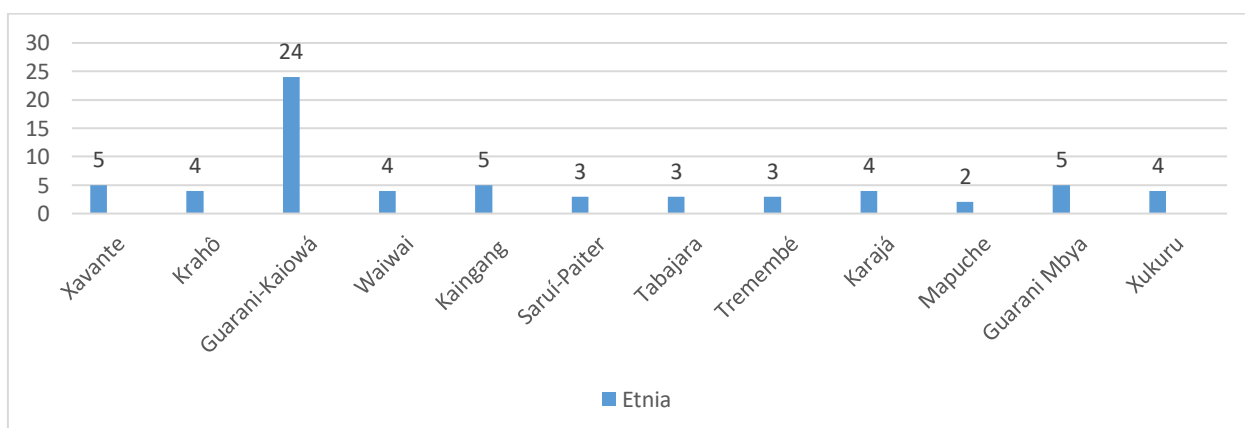


Org. Silva, J. E. C. Fonte: Anais do Singa

A princípio, identificamos que há uma ampla diversidade de comunidades estudadas, contabilizando em nosso levantamento bibliográfico mais de 150, todavia a maioria aparece uma vez em pesquisas pontuais ao longo dos anais, já as que aparecem 3 ou mais vezes foram destacadas na figura acima, que nos expõe uma amostra dessa pluralidade de comunidades estudadas, indo desde comunidades do Amapá (Comunidade Quilombola Curiaú) até o Sul do Brasil (Comunidade Quilombola Paiol, no Paraná).

Acerca da temática indígena, chegamos a resultados semelhantes aos obtidos quando analisamos os textos sobre a questão quilombola, em outros termos, detectamos diversas etnias que tiveram centralidade em diferentes pesquisas analisadas. O gráfico abaixo dimensiona algumas dessas etnias.

Gráfico 3- Principais povos indígenas estudados em trabalhos publicizados nos anais do Singa



Org. Silva, J. E. C. Fonte: Anais do Singa

As informações ilustradas no gráfico evidenciam apenas uma parte das etnias estudadas em pesquisas publicadas nos anais do Singa, tendo em vista que foram identificados

Uma outra questão que buscamos detectar na análise dos textos foram as palavras-chaves destacadas nas pesquisas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. Essa reflexão é importante, tendo em vista que elas evidenciam, muitas vezes, as dimensões destacadas no estudo dessas comunidades. A figura abaixo sintetiza muitas dessas palavras que ganham centralidade nas pesquisas sobre povos indígenas.

A word cloud visualization of the 2015 survey results. The words are arranged in a circular pattern, with the most frequent words being the largest. The words include: Indígenas, Território, Terras, Identidade, questão, Territórios, Mulheres, Guarani, Fronteira, luta, povos, escolar, Indígena, territorialidade, da, sustentabilidade, Grosso, indígeneas, do, Povos, Tradicionais, Conflitos, Conflito Territorial, alimentar, Kaiowa, Agronegócio, ambiental, Comunitário, tradicionais, educação, Mato, Questão, recursos, cultura, Comunidades, Educação, violência, Resistência, geografia, Territorialização, Amazônia, agricultura, e Terra.

A nuvem de palavras acima, obtida através da aplicação da frequência de aparição de termos em cada uma das pesquisas analisadas, aponta alguns vocábulos que são fundamentais para compreendermos como os estudos em geografia agrária têm dimensionado e fundamentado a discussão referente aos povos indígenas.

O primeiro elemento que nos chama atenção é a centralidade do conceito de território nas pesquisas catalogadas, o termo além de ser prevalente em relação aos demais conceitos-chave do pensamento geográfico, também possui conceitos derivados em destaque no conjunto da nuvem de palavras, como “territorialidade”, “territorial” e “territorialização”, os quais possuem ampla discussão na história da geografia, como podemos verificar em obras clássicas sobre território, como Raffestin (1993) que além de refletir sobre território, destaca considerações sobre territorialidade e territorialização. Nesse contexto, a recorrência do

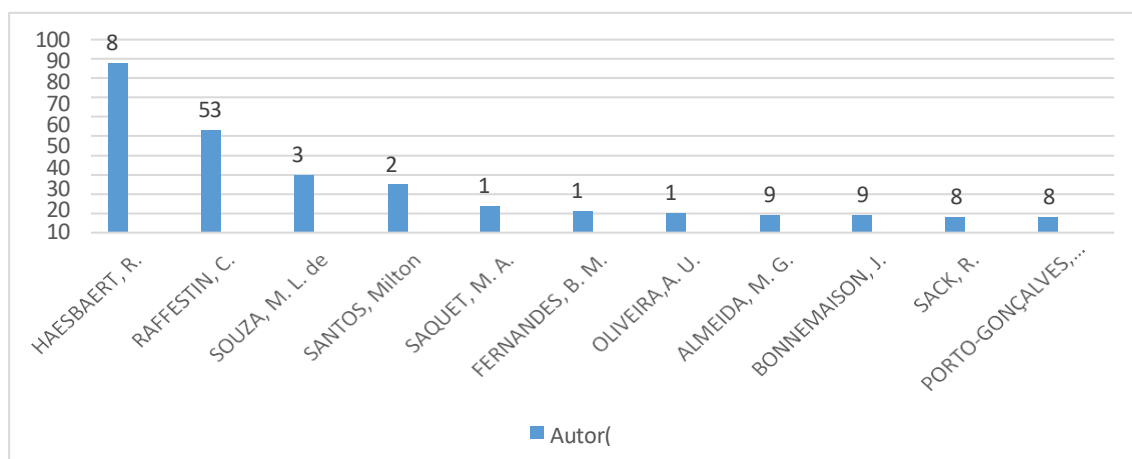
Fonte: anais do Singa. Organização: autor.



A partir da figura 2, identificamos alguns termos para discutir a questão quilombola na perspectiva dos estudos agrários, tendo destaque o conceito de território, repetindo a centralidade que esse conceito obteve em relação à temática indígena. Além do conceito citado, outros vocábulos aparecem com relevância, como “quilombolas” e “comunidades”, o que é esperado, tendo em vista a temática tratar especificamente dessas populações. Há, inclusive, pesquisas voltadas à reflexão teórica sobre o conceito de comunidades remanescentes de quilombos, como é o caso da pesquisa de Oliveira (2011).

De modo adicional, procuramos compreender as principais abordagens do conceito de território nas pesquisas analisadas no recorte pesquisado, nesse sentido, identificamos inicialmente, quais autores eram utilizados no embasamento teórico do conceito de território dos trabalhos completos e resumos expandidos analisados. Os resultados desse processo investigativo estão expressos no gráfico seguinte.

Gráfico 4 – Principais definições de território detectadas em trabalhos que discutem comunidades quilombolas e povos indígenas no SINGA



Fonte: Anais do SINGA. Org. Silva, J. E. C.

Logo, é evidente que há uma prevalência em torno da abordagem de território proposta por Rogério Haesbaert (2019, p.79), que considera o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Haesbaert (2015), assim como Raffestin (1993), não considera território e espaço como iguais, mas ressalta que, embora nunca possam ser considerados como equivalentes, não podem ser efetivamente separados,



visto que sem espaço não há território. O trecho abaixo detalha a visão de R. Haesbaert sobre essa distinção.

Na verdade, não se trata, evidentemente, de distinguir de maneira clara ou mesmo rígida espaço de território. Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão, um foco centralizado na espacialidade das relações de poder. (Haesbaert, 2015, p. 101).

No excerto, R. Haesbaert busca enfatizar a diferença entre território e espaço a partir do prisma epistemológico, abordagem que possibilitaria uma diferenciação mais precisa entre espaço e território, todavia para além disso, acaba detalhando o campo semiológico do território, que é justamente um conceito que traz notabilidade à noção de poder em sua construção, constituindo a espacialização das relações de poder em suas múltiplas dimensões (econômica, política, simbólico-cultural).

Isso posto, regressando aos dados do gráfico anterior, a extensa produção de Haesbaert sobre território certamente teve contribuição para o autor figurar com prevalência no conjunto da revisão bibliográfica pesquisada. As suas reflexões estiveram presentes tanto em pesquisas referentes às comunidades indígenas, quanto em pesquisas que se dedicaram ao estudo de comunidades quilombolas. Uma dessas pesquisas, elaborada por Motta (2017), embasa-se na reflexão de Haesbaert sobre territorialidade de comunidades tradicionais, mencionando que:

Hasbaert (2002), analisando e elucidando as obras de Guies Deleuze e Félix Guattari a respeito de (de-re) territorialização, traz algumas considerações relevantes acerca da territorialidade das sociedades pré-capitalistas, onde, dentro da presente análise, encaixam-se as comunidades e povos tradicionais. Segundo Hasbaert (2002), as sociedades pré-capitalistas se diferem das demais em sua territorialidade na medida em que estabelecem relações únicas com a terra. (Motta, 2017)

O trecho acima exemplifica uma das várias aplicações da reflexão de Haesbaert sobre território, que no caso do texto de Motta (2017), a utiliza para analisar a mobilização e luta pela terra de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras) da costa do Estado do Rio de Janeiro.

Além de Rogério Haesbaert, outros autores também figuraram com importância nos referenciais teóricos das pesquisas analisadas, como Claude Raffestin, autor muito influente no pensamento brasileiro no que tange à abordagem territorial, e que, conforme Saquet (2020),



realiza uma leitura que destaca o caráter político do território, não obstante de maneira distinta das abordagens de F. Ratzel, J. Gottman e R. Sack, que também valorizam a dimensão política na constituição do território.

Essa influência no campo mais amplo do pensamento geográfico sobre território reverberou em diversas pesquisas analisadas, como a de Gomes, Fé e Nascimento (2017), que estudam a territorialidade das comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI). Nesta pesquisa, além dos autores se fundamentarem no conceito de território de Raffestin, que o entende como uma territorialização do espaço, também trabalham com o conceito de territorialidade do mesmo autor, conforme atesta o trecho abaixo:

O termo territorialidade, na perspectiva de Raffestin (1993, p.159), reflete “a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral”. Neste sentido, o processo de construção territorial é vivenciado pelos membros da comunidade, via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas definidas como relações de poder. (Gomes, J. M. A; Fé, E. G. M; Nascimento, J. E do, 2017, p. 2)

Já o estudo de Silva e Rodrigues (2017) também discute território e territorialidade a partir das contribuições de Raffestin (1993) no estudo da Comunidade Quilombola Gurugi, Município do Conde-PB. Um dos objetivos centrais dessa pesquisa é compreender o processo de territorialidade étnica⁶ na comunidade e para fundamentar essa investigação são utilizados os conceitos de territorialidade de Raffestin (1993) e territorialidade étnica de Little (2002), evidenciando uma abordagem interdisciplinar entre geografia e antropologia no estudo da temática.

Ademais, outros pensadores também tiveram contribuições verificadas na pesquisa, como Souza (2015), que compreende território como espaços delimitados por e a partir de relações de poder. Já Santos (2019) traz análises importantes em torno do território, entendendo-o como território usado, como o chão mais a população. Saquet (2020) entende que nos processos territoriais as dimensões econômica, política, cultural e natural estão sempre presentes.

No campo cultural, Almeida (2005), o território - como forma de organização do espaço - responde, em uma primeira instância, às necessidades sociais, políticas e econômicas da sociedade e, portanto, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam.

⁶ A fim de aprofundamentos acerca do conceito de território étnico, verificar a pesquisa de Anjos (2006) que traz interessantes reflexões sobre as relações entre etnia e território.



Sem embargo, ele não se restringe a essa perspectiva instrumental, mas é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Já na ótica de Bonnemaïson (2012), há uma relação indissociável entre território e identidade, para o autor, o território, na perspectiva das sociedades humanas, não é obrigatoriamente fechado, um tecido espacial unido, tampouco induz a um comportamento estável. A partir de suas pesquisas no Oceania, Bonnemaïson visualiza o território como um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. Contudo, vale destacar que em algumas sociedades tradicionais, o território pode tanto ser fechado, irrevogavelmente, quanto ser aberto a aliados e vizinhos.

Além dessa abordagem do conceito de território que privilegia a dimensão cultural, também detectamos pesquisas que trazem em suas referências teóricas a proposta materialista na compreensão do território. Nesse contexto, autores como Fernandes (2009), que discute território como um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, e Oliveira (2003), que entende o território como produto da luta de classes são referências nessa abordagem do território em que a dimensão político-econômica ganha maior centralidade.

Por fim, destacamos a contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves em relação às pesquisas analisadas no Singa, em que algumas delas a proposta do supracitado autor foi utilizada. Nesse contexto, citamos pesquisas como Silva e Gonçalves (2017), que traz uma reflexão sobre a agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no Sertão de Pernambuco através de um referencial teórico que inclui a proposta territorial de Porto-Gonçalves.

Aditivamente a essas perspectivas sobre território, destacamos também a presença interdisciplinar nos referenciais tomados pelas pesquisas analisadas. No âmbito de diálogos com a filosofia, mencionamos a reflexão proposta por Foucault (2023, p.250) o qual entende que “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”.

Além dessa proposta, identificamos contribuições de áreas como a antropologia, como é o caso do Paul Little que traz em algumas de suas obras uma ampla reflexão em torno do conceito de território e do próprio conceito de territorialidade aplicado à povos e comunidades tradicionais. Ainda no campo da antropologia, autores como Ilka Boaventura Leite, que construiu trabalhos importantes em estudos de comunidades quilombolas, também apareceu na análise dos textos com a sua concepção de território.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das conclusões da pesquisa, identificamos a presença de uma ampla diversidade de concepções e abordagens do conceito de território a partir da ótica de inúmeros autores. Todavia, a presença de perspectivas que consideram a multidimensionalidade da constituição dos territórios e a perspectiva relacional no campo das relações de poder foram majoritárias ao longo do recorte bibliográfico pesquisado.

Outra questão importante no âmbito dos resultados é a verificação de uma tendência que vem delineando-se, ao longo dos últimos anos, no campo da geografia agrária que é a obtenção de maior centralidade do conceito de território, conjuntura que reflete também nos estudos que se debruçam na análise dos povos e comunidades tradicionais, estudos esses que vêm crescendo gradualmente, notadamente quando observamos a presença dessa temática ao longo das nove edições analisadas (2003-2019).

Por fim, destacamos que há ainda caminhos a serem percorridos no desenvolvimento deste estudo, tendo em vista que a pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no PPGG/UFPB, que originou este texto, apesar de terminada, abriu caminhos para aprofundamentos da temática no âmbito da pesquisa de doutorado em geografia pelo mesmo programa de pós-graduação. Destarte, refletir e analisar como as abordagens do território têm sido discutidas em pesquisas que centralizam debates em torno dos povos e comunidades tradicionais é uma trilha que buscaremos seguir ao longo dos próximos passos do caminhar acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Geralda de. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural. **Geonordeste**, Aracaju (edição especial), ano XIX, n.1, p.33-54, julho de 2008.

ALMEIDA, M. Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

ANDRADE, M. C. de. *A questão do território no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANJOS, Rafael S. Araújo dos. Cartografia e quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil. **AFRICANA STUDIA**, Nº 9, 2006, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). P. 337-355.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2022.



BOMBARDI, L. M. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **AGRÁRIA**, São Paulo, no 8, p. 99-121, 2008.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-304.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014a.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: Um Balanço. **Geografia**, Londrina (PR), v. 20, n. 3, p. 05-24, set./ dez. 2011.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70, 2014b. 140 p.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, ano 1, n. 2, 1999.

CLAVAL, Paul. *Terra dos homens: a geografia*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CÔRREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, n. 5, p. 5-29, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. 271 p.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 9, p. 197-215.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. 2ed. São Paulo: Editora Unesp 2011, 373 p.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 15 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023, p. 244-261.

GOMES, J. M. A; FÉ, E. G. ; NASCIMENTO, J. E. do. TERRA E TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DOS COCAIS (PI). In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R. da Costa. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. P. 91-118.



HAESBAERT, R. da Costa. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. Série Antropologia. 322. Brasília, 2002.

MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018.

MOTTA, L. R. Aplicação conceitual de território e territorialidade nas mobilizações e lutas dos povos e comunidades tradicionais da zona costeira sul do Rio de Janeiro. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. *In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária: O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*, 1, 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: ?, 2003.

OLIVEIRA, J. B. de. Comunidade Remanescente de Quilombo: um novo conceito. *In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais*. Belém: ed. Açaí, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O povo e seu território. *In: MORAES, A. C. R. (org.). Geografia*. São Paulo: ática, 1990, cap. 3, p. 73-82.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 29ªed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência editora, 2020.

SILVA, B. B. da; GONÇALVES, C. U. AGRICULTURA XUKURU E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NO SERTÃO DE PERNAMBUCO. *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

SILVA, J. C. B. da; RODRIGUES, M. de F. F. Histórias de resistência, território de luta: processo de territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Do Gurugi, Conde- PB. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 53-68.